



ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL E A RETOMADA DA ANÁLISE DO SISTEMA- MUNDO E DA HIERARQUIA CONCEITUAL CENTRO-PERIFERIA

Resumo

Este artigo busca retomar a análise do sistema-mundo e a sua proposta de incorporação da hierarquia conceitual centro-periferia com o objetivo de discutir a atualidade desta perspectiva no campo da economia política internacional. Argumenta-se que a construção analítica do sistema-mundo reúne múltiplos e complexos elementos que lhe conferem força, transitando pelo legado do materialismo histórico e dialético de Marx e da ruptura epistemológica proposta pela historiografia francesa na primeira metade do século XX. Destaca-se que, apesar das controvérsias, esse tipo de abordagem acerta ao defender uma correta distinção conceitual entre capitalismo e economia de mercado e ao incorporar a hierarquia conceitual centro-periferia à medida que propõe uma ideia de totalidade sistêmica enquanto objeto de pesquisa mais adequado ao estudo das relações internacionais. Conclui-se que o seu método de análise transcende as limitações do pensamento nomotético-idiográfico e apresenta-se como uma importante ferramenta analítica para a desconstrução das teses que defendem maior liberdade aos mercados e menor interferência política no combate às assimetrias internacionais, em especial quando inserida num contexto de contraofensiva neoliberal.

TÚLIO SILVA SENE

Doutor em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e atualmente é pesquisador visitante na Universidade de Columbia

Palavras chave: análise do sistema-mundo; centro-periferia; economia política internacional; capitalismo; economia de mercado; relações internacionais.

Abstract

This article revisits the world-system analysis and its incorporation of the core-periphery conceptual hierarchy to discuss the role of this specific approach in the field of the current international political economy. It states the strength of this analytical construct as it gathers multiple and complex issues, passing through the legacy of Marx's dialectical and historical materialism and the epistemological rupture proposed by the French historiography in the beginning of the twentieth century. Regardless the controversies, this article highlights the assertiveness of this approach as it makes the right conceptual distinction between capitalism and market economy and restates the core-periphery conceptual hierarchy to found the idea of a systemic totality as the appropriate research object in international relations. The conclusion is that the approach transcends the nomothetic-ideographic epistemology and shows itself as an important analytical tool to deconstruct the fallacy of the free market economies and to combat the arguments against political influence to fight international asymmetries, particularly in moments of neoliberal counteroffensive.

Keywords: World-System analysis; core-periphery; international political economy; capitalism; market economy; international relations.

I. Introdução

A perspectiva do sistema-mundo é uma das vertentes analíticas que mais cresceu e se desenvolveu no estudo das relações internacionais ao longo das últimas décadas. O principal expoente desta abordagem, largamente discutida e criticada, é o sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein, autor da série *O Moderno Sistema-Mundo*, cujos quatro volumes vieram a público respectivamente em 1974, 1980, 1989 e 2011. Partindo de uma percepção histórica de longa duração e lançando mão de uma ideia de sobreposição dos tempos históricos (WALLERSTEIN, 2011, p. xii), a série propõe-se a apresentar a criação e consolidação do mundo moderno – considerado pelo autor o mais importante divisor de águas na história da humanidade desde a revolução neolítica – a partir de quatro recortes muito bem definidos: 1450-1640, 1600-1750, 1730-1840 e 1789-1914. Trata-se das origens da economia-mundo europeia no longo século XVI, passando pelas fases de consolidação e expansão da economia-mundo capitalista ao longo dos séculos XVII e XVIII, para chegar ao século XIX, do triunfante liberalismo dos Estados centrais.

Rejeitando a prioridade dos Estados-nacionais enquanto objetos de análise, Wallerstein adota uma perspectiva macrosociológica que entende as relações internacionais como complexas interações sociais intrínsecas à totalidade

sistêmica que engloba a economia-mundo capitalista, caso singular de uma economia-mundo que teria sido capaz de sobreviver por um longo período sem se transformar em um império-mundo. De acordo com ele, teria sido justamente a associação das técnicas do moderno capitalismo com a tecnologia da ciência moderna a responsável pela expansão da economia-mundo europeia sem uma estrutura política unificada (WALLERSTEIN, 1974, p. 16). À luz dessa totalidade sistêmica específica, que é o seu objeto de pesquisa, Wallerstein destaca então que a questão mais importante a ser respondida pela sua agenda de pesquisa é a que busca compreender como essa economia-mundo moderna – ou capitalista – desenvolveu-se da forma como o fez nos últimos séculos e porque tal desenvolvimento tem resultado em maiores concentrações das atividades econômicas mais lucrativas dentro das fronteiras de determinados Estados em particular e não de outros.

Para um estudo social de tamanha envergadura, Wallerstein sugere que as clássicas divisões que caracterizam as ciências sociais são insignificantes. Segundo ele, antropologia, economia, ciência política, sociologia e história são subdivisões disciplinares ancoradas numa concepção liberal do Estado e de suas relações com determinados setores da ordem social (*ibidem*, p. 11). Para o tipo de análise que ele se propõe a

realizar, tais subdivisões perdem o sentido, uma vez que o seu trabalho é uma crítica justamente ao legado deixado pelo pensamento nomotético-idiográfico da era vitoriana. Esse tipo de pensamento, que também é identificado por ele como “universalizante-setorizante”¹, resultou do processo de profissionalização do conhecimento, que ganhou espaço nos principais meios acadêmicos quando se multiplicaram as disciplinas com o objetivo de cobrir as mais diversas áreas e buscar um conhecimento supostamente objetivo sobre a realidade social. Entretanto, na prática, essas epistemologias acabaram contribuindo para aumentar as clivagens intelectuais que passaram a limitar a própria capacidade de análise social.

Neste sentido, a ruptura epistemológica proposta por Fernand Braudel em seus trabalhos é uma referência fundamental, pois se insere num movimento de resistência intelectual² ao defender uma interpretação analítica e dialética

1 O pensamento é caracterizado como universalizante por se pautar sobre a descrição da realidade empírica com o objetivo de chegar, via indução, à formulação de leis abstratas que se supunham verdades universais, absolutas para todos os tempos e lugares. Por outro lado, ele é identificado como setorizante porque investia num esforço de especialização, fruto da fragmentação do saber em distintas disciplinas (WALLERSTEIN, 1989b).

2 Wallerstein também chama a atenção para mais dois importantes movimentos de resistência intelectual ao pensamento “universalizante-setorizante”, a *Staatswissenschaften*, que vai de Friedrich List a Gustav von Schmoller na Alemanha, e o marxismo, que nasce e se desenvolve fora dos meios acadêmicos.

da história em contraposição às formas de pensamento segmentadas e objetivas. Para Braudel, o antigo cientificismo nomotético-idiográfico, típico do século XIX, ter-se-ia transformado a partir da erosão dos seus principais conceitos intelectuais e postulados teóricos, que sucumbiram frente a uma gama de novos questionamentos e a um extraordinário volume de novos conhecimentos produzidos na primeira metade do século XX. Na sua visão, influenciada pelas pesquisas de Lucien Febvre e Marc Bloch, e profundamente marcada pela fundação dos Anais de História Econômica e Social, em 1929, a ciência como um todo passara a ser dinâmica e instável. Braudel acreditava que a grande originalidade dos Anais, assim como sugeria Febvre, estava em propor um trabalho coletivo entre as disciplinas, de forma que cada uma praticando sua especialização legítima se esforçasse por seguir também a obra do vizinho (BRAUDEL, 1978, p. 33).

Assim como destaca Friedmann (1996, p. 319), Wallerstein conseguiu construir uma perspectiva de análise profundamente influente ao mesclar a sociologia americana com a história social francesa. Na construção analítica do moderno sistema-mundo, parte-se da constatação básica de que a emergência de um novo método de investigação pautado na valorização de fontes integradas de conhecimento funcionaria não apenas como uma crítica ao pensamento dominante, mas também como um verdadeiro

protesto contra as profundas desigualdades do sistema mundial. Wallerstein defende, por exemplo, que a Guerra Fria não era apenas o embate entre um suposto mundo livre ocidental e o mundo comunista soviético, mas também um conflito entre as nações industrializadas e as subdesenvolvidas, identificado como um conflito centro-periférico (WALLERSTEIN, 2002, p. 359). Somente uma visão integrada entre as distintas fontes do conhecimento seria capaz de transcender as barreiras do mundo moderno.

Apesar de controverso em suas afirmações, a publicação do primeiro volume de sua obra sobre o moderno sistema-mundo lançou luz sobre uma série de outros autores com estudos similares³, que, ao dialogarem com o tipo de abordagem proposta por Wallerstein, passaram a ser agrupados dentro daquilo que se convencionou denominar “perspectiva do sistema-mundo”. Na visão de Wallerstein, uma perspectiva deste tipo deve assumir que a ação social tem lugar em uma entidade específica dentro da qual existe um determinado tipo de divisão do trabalho em andamento, e seu objetivo deve ser procurar descobrir, empiricamente, se tal entidade é ou não unificada política e culturalmente, questionando, teoricamente, as conse-

3 Para uma ideia mais ampla sobre outras análises com perspectiva semelhante, ver autores como Samir Amin (1974), Terence Hopkins (1978), André Gunder Frank (1978), Christopher Chase-Dunn (1979), Giovanni Arrighi e Jessica Grangel (1986) e Janet Abu-Lughod (1991), por exemplo.

quências da existência ou não de tal unidade (WALLERSTEIN, 1976, p. 345).

Neste artigo, alguns dos principais elementos da construção analítica do sistema-mundo são retomados, com destaque para a dinâmica de funcionamento da economia-mundo capitalista e para a incorporação da hierarquia conceitual centro-periferia, uma influência evidente do pensamento latino-americano de tradição crítica. Ao final do texto, são tecidas algumas considerações sobre a atualidade deste tipo de abordagem e a importância de sua retomada em um contexto de contraofensiva neoliberal.

2. A análise do sistema-mundo

A perspectiva do sistema-mundo é uma construção analítica elaborada com o objetivo de compreender os processos de transformação social e suas implicações sobre o conjunto do sistema mundial. Em particular, trata-se de um estudo histórico que tem por objeto as mudanças estruturais que produziram o mundo moderno. As grandes questões norteadoras da agenda de pesquisa desenvolvida a partir dessa perspectiva de análise são, em grande medida, as mesmas que há muito tem despertado a atenção de pesquisadores das ciências sociais. Apesar dos distintos termos utilizados nos diferentes períodos históricos, a pergunta básica busca sempre compreender quais são os caminhos que levam à riqueza das nações, ao

progresso ou, mais recentemente, ao desenvolvimento. No volume III de sua obra magna, ao discutir as razões da vantagem britânica frente aos seus principais concorrentes na virada do século XVIII para o XIX, Wallerstein coloca essa questão da seguinte forma:

The question is not why Great Britain outdistanced France or any other country (to the degree that it did, and, however, one measures the “outdistancing”), but rather why the world-economy as a whole developed in the way that it did at any particular point in time (and here we take the period 1730-1840), and why at this time there resulted a greater concentration of the most profitable economic activities within particular state boundaries (and why more capital accumulated therein) than within other state boundaries. (WALLERSTEIN, 1989a, p. 33)

No trecho destacado, fica claro que, para Wallerstein, no mundo moderno, o objeto mais importante de análise a ser discutido não são os Estados-nacionais e suas estratégias particulares de desenvolvimento, mas sim o funcionamento de uma totalidade sistêmica específica que os engloba, identificada por ele como economia-mundo capitalista. Segundo ele, esse tipo específico de totalidade difere das formas anteriores de organização social, em particular dos impérios-mundo, porque nele a energia política não é utilizada para manter o controle sobre territórios cada vez mais amplos, mas sim para garantir direitos de monopólio

que interferem na dinâmica de funcionamento dos mercados. Desta forma, a operação do mercado – não sua livre operação, mas sua simples operação – cria incentivos para aumentar a produtividade e promover o desenvolvimento econômico em lugares específicos, criando uma nova forma de apropriação e distribuição do excedente, muitas vezes tratada como economia de mercado. Nela, busca-se uma cada vez maior e mais eficiente produtividade, que é viabilizada por intermédio de um mercado mundial operado com a assistência artificial de maquinarias estatais que detêm níveis distintos de força relativa.

Para explicar a dinâmica de funcionamento deste tipo específico de totalidade sistêmica, Wallerstein propõe a existência de três eras históricas distintas. A primeira, sobre a qual ainda temos pouquíssimas informações, teria existido antes de 8-10.000 a.C., sendo composta por um grande número de minissistemas dispersos. Os minissistemas são entendidos como pequenas economias tribais integradas à base da reciprocidade em suas trocas.

A segunda era histórica teria existido entre 8-10.000 a.C. e mais ou menos 1.500 d.C. Neste período, teriam coexistido uma multiplicidade de sistemas históricos que podem ser agrupados em três tipos específicos: os impérios-mundo, as economias-mundo e os antigos minissistemas. Impérios-mundo e economias-mundo diferem

dos antigos minissistemas por envolverem múltiplas culturas que interagem entre si. Os impérios-mundo definem-se pela existência de dois ou mais grupos sociais culturalmente distintos ligados entre si por uma única unidade de poder político. Neles, a redistribuição do excedente econômico é realizada essencialmente a partir de um poder central, responsável pela arrecadação de tributos e pelos gastos públicos.

Por outro lado, as economias-mundo, que também compreendem duas ou mais regiões culturalmente distintas, diferenciam-se por serem integradas a partir do mercado, e não por uma entidade política comum. Assim, elas permanecem politicamente independentes, pelo menos até que sua interação econômica intensifique-se e uma acabe se sobrepondo às demais. Nas palavras de Wallerstein:

As a formal structure, a world-economy is defined as a single division of labour within which are located multiple cultures — hence it is a world-system like the world-empire — but which has no overarching political structure. Without a political structure to redistribute the appropriated surplus, the surplus can only be redistributed via the “market”, however frequently states located within the world-economy intervene to distort the market. (WALLERSTEIN, 1976, p. 348)

Antes da era moderna, as economias-mundo invariavelmente tendiam a se tornar impérios-mundo. Talvez o caso mais bem conhecido seja

o das cidades-estados gregas que foram incorporadas ao império romano. De todo modo, o ponto central a ser discutido é que, na visão de Wallerstein, nenhum desses sistemas históricos era capitalista, pois não sofriam com uma pressão estrutural para gerar uma acumulação sem fim de capital.

É justamente este tipo de pressão estrutural que marca o surgimento da terceira era histórica, a partir de 1.500 d.C. Nela, desenvolve-se um tipo específico de totalidade sistêmica que se configura por se mostrar agressiva e eficaz, na medida em que se expande sem criar uma estrutura política unificada.

Este é um dos pontos mais controversos da análise do sistema-mundo proposta por Wallerstein. André Gunder Frank, por exemplo, insiste que não há nenhum tipo de transição histórica para o capitalismo no século XVI, simplesmente porque o que houve na Europa nessa época foi uma mudança dentro de uma estrutura mundial já existente há milhares de anos, por sinal. Sua tese é a de que o presente sistema mundo (sem hífen)⁴ é bem anterior ao século XVI, provavelmente anterior até ao ano 2.500 a.C. Ele acredita que existia – e ainda existe – uma unidade e conexão sistêmica milenar de desenvolvimento em toda a região que se estende desde o Leste Asiático até a Europa Ocidental e o Sul da África, sendo que as Américas e a Oceania teriam sido posteriormente incorporadas a este mesmo e único sistema

mundo (FRANK, 1990, p. 157). Ademais, Frank argumenta que os processos de acumulação típicos do sistema mundo têm ocorrido de forma contínua e cumulativa ao longo dos últimos cinco mil anos de desenvolvimento.

Janet Abu-Lughod (1991), por sua vez, defende a ideia de que antes de haver uma ascensão do mundo ocidental, houve um anterior declínio do mundo oriental, e foi justamente a involução desse sistema preexistente que facilitou o avanço europeu. Em seu livro, ela se esforça para mostrar que, no século XIII, desenvolveu-se uma economia comercial internacional capaz de alcançar toda a região entre o Norte da Europa Ocidental e a China, envolvendo mercados e produtores numa extensa rede de trocas, que, embora incluísse uma significativa porção de produtos primários, particularmente em trocas ocorridas em percursos menores, era sustentada essencialmente por bens manufaturados, sem os quais o comércio de longa distância provavelmente não se teria mantido. Muito

4 Na percepção de Wallerstein, a utilização do hífen na terminologia sistema-mundo, e em suas duas subcategorias, economias-mundo e impérios-mundo, é imprescindível justamente para enfatizar que não se tratam de sistemas, economias ou impérios do mundo inteiro, mas sim de sistemas, economias e impérios que representam uma entidade específica, mas que não necessariamente cobrem toda a extensão do globo (WALLERSTEIN, 2004, pp.16-17). Outros autores, como André Gunder Frank (1990: 2000), partem de entendimentos distintos e simplesmente não separam o termo com o hífen. Nas palavras de Wallerstein: "My 'world-system' is not a system 'in the world' or 'of the world'. It is a system 'that is a world'. Hence the hyphen, since 'world' is not an attribute of the system. Rather the two words together constitute a single concept. Frank's system is a world system in an attributive sense, in that it has been tending over time to cover the whole world." (WALLERSTEIN, 1991, p. 192)

embora o sistema de produção e comércio dessa época não possa ser comparado com o que pode ser visto em épocas posteriores, é possível afirmar que ele apresentava evidentes avanços na tecnologia de construção naval e navegação, na forma de organização social da produção e distribuição e nos arranjos institucionais desenvolvidos para conduzir os negócios, tais como parcerias, mecanismos para diversificação de investimentos, técnicas de monetarização e trocas. Assim, ela argumenta que esses fatores não são suficientes para explicar a posterior hegemonia europeia, uma vez que eles, em grande medida, já existiam.

Em sua defesa, Wallerstein destaca que, embora esteja de acordo com a ideia de que a maioria dos argumentos geralmente levantados para defender o ineditismo do capitalismo nessa época seja equivocada, simplesmente porque tais elementos, chamados por ele de protocapitalistas, já existiam previamente de uma forma ou de outra, em nenhum outro período histórico houve tal coisa como um sistema baseado em uma prioridade estrutural dada e sustentada por uma acumulação sem fim de capital (WALLERSTEIN, 1991, pp. 189-190). Em adição, Wallerstein argumenta que a mera existência de comércio entre distintas regiões não seria suficiente para criar um sistema. Para tanto, seria preciso existir uma divisão axial do trabalho integrando os processos produtivos nas distintas regiões. Assim, na sua visão, a *differentia*

specific que caracteriza a economia-mundo capitalista seria a produção integrada de bens para a venda no mercado com o objetivo de realizar a máxima lucratividade possível em um processo de acumulação sem fim de capital, capaz de se expandir sem a emergência de uma estrutura política unificada.

A imperativa e permanente acumulação de capital geraria uma necessidade constante de mudança tecnológica e expansão de suas fronteiras, o que levaria a produção a continuar crescendo à medida que novas possibilidades de lucro continuassem aparecendo. Assim, a expansão do mundo geográfico, motivada e possibilitada pelo rápido avanço tecnológico, combinada com o desenvolvimento de métodos variados de controle do trabalho para diferentes produtos, em diferentes lugares, e com a criação de maquinarias estatais relativamente fortes naqueles que viriam a se tornar os Estados centrais, teria reunido os fundamentos para o surgimento dessa nova forma de organização social a partir do longo século XVI. O argumento:

As of 1450, the stage was set in Europe but not elsewhere for the creation of a capitalist world-economy. This system was based on two key institutions, a “world”-wide division of labor and bureaucratic state machineries in certain areas. We shall treat each successively and globally. Then we shall look at the three zones of the world-economy each in turn: what we shall call

the semiperiphery, the core, and the periphery.
(WALLERSTEIN, 1974, p. 63)

Em seu esquema analítico, Wallerstein dialoga com Braudel, que posteriormente elaboraria a definição de economia-mundo como uma adaptação para o francês (*économie-monde*) do termo *weltwirtschaft*, empregado pelo geógrafo alemão Fritz Rorig (1933). Braudel (1996b, p. 16) destaca que o termo economia-mundo não se refere a uma entidade reificada dentro da qual uma economia é construída, mas sim a relações econômicas dinâmicas que vão progressivamente definindo as fronteiras do mundo social. O conceito de economia-mundo refere-se a um amplo espaço geográfico em constante transformação, cujas características mais importantes são a existência inevitável de um centro dominante e a sua repartição em zonas sucessivas de influência. A primeira zona de influência seria composta pelo núcleo dominante e suas regiões adjacentes; a segunda, pelas chamadas zonas intermediárias que gravitam em torno desse núcleo central; e, por fim, em terceiro lugar, viriam as zonas subordinadas ou periféricas que completam o sistema.

Desta forma, no esquema analítico proposto por Wallerstein, as relações internacionais são entendidas como complexas interações sociais intrínsecas a uma totalidade sistêmica hierarquizada, que se produz como resultado da existência de uma rede global de processos

produtivos interligados, os quais, à medida que se conectam, engendram determinados vínculos políticos, econômicos e sociais com o objetivo de organizar a divisão internacional do trabalho e operacionalizar a busca pelo princípio fundamental da acumulação sem fim de capital. Nesta relação hierárquica de poder internacional, os Estados mais fortes podem ser interpretados como aqueles que são bem sucedidos no exercício de determinar o grau de liberdade dos mercados – e assim proporcionar ou manter vantagens comerciais para os seus agentes econômicos em detrimento dos demais – e de absorver parte significativa dos custos produtivos, ajudando os produtores a extrair a maior fatia possível do excedente em suas atividades econômicas (WALLERSTEIN, 2011a, p. 113).

De acordo com Wallerstein, a história dos Estados modernos pode ser interpretada como um longo desafio para se criar estruturas suficientemente fortes para defender os interesses de um grupo de proprietários-produtores na economia-mundo contra outros grupos de proprietários-produtores e também, é claro, contra os interesses dos trabalhadores (WALLERSTEIN, 2011a, p. 114). Neste sentido, a força de um Estado deve ser medida em relação ao papel desempenhado pelos proprietários-produtores deste Estado em particular no contexto mais amplo da economia-mundo a qual ele integra. Por isso, para os proprietários-produtores de uma determinada região, um Estado forte não é

simplesmente um Estado com uma extensa burocracia ou com processos de tomada de decisão mais arbitrários. Geralmente, Estados fortes são aqueles que conseguem interferir nos mercados em benefício dos negócios de seus agentes econômicos mais importantes. Assim, a força de um Estado mantém correlação direta com o papel econômico desempenhado pelos seus proprietários-produtores nacionais no contexto mais amplo da economia-mundo. Assume-se, desta forma, que a ascensão e a expansão do sistema capitalista são fundamentalmente dependentes do poder dos Estados.

Neste ponto, outra importante referência teórico-conceitual que a análise do sistema-mundo propõe-se a recuperar é a dupla denominação utilizada por Braudel como ferramenta analítica para designar “economia de mercado” e “capitalismo” como atividades comprovadamente distintas, mas que simultaneamente integram as experiências históricas de desenvolvimento e acabam sendo confundidas. Para Braudel (1996a), em ambas as atividades, a produção é voltada exclusivamente para a troca e as decisões de investimento são determinadas pela expectativa de lucratividade no mercado. Por isso, os mercados acabam sendo, na maioria dos casos, considerados como a característica essencial do sistema capitalista, o que gera

interpretações muitas vezes equivocadas. Na perspectiva dominante do pensamento econômico e do discurso político e também na grande mídia, os mercados e a economia de mercado acabam sendo confundidos com o próprio capitalismo, de forma que o Estado acaba sendo considerado como oposto a ambos.

De acordo com Braudel, para compreender a distinção entre economia de mercado e capitalismo, é necessário partir da constatação de que o mundo da mercadoria e das trocas é um mundo estritamente hierarquizado, desde as atividades mais simples até as atividades mais complexas do mundo dos negócios. Assim, muito embora a essência do sistema seja comum, os mecanismos de que dispõem os agentes econômicos não são os mesmos. Por isso, Braudel propõe um esquema tripartido de análise da vida econômica: na base, uma vida material variada, autossuficiente, rotineira; em cima dela, uma vida econômica mais bem definida e que tende a se confundir com a economia de concorrência dos mercados; e, no último andar, a ação capitalista por excelência. Neste esquema, o capitalismo situa-se, portanto, em uma posição elevada, no topo da sociedade mercantil. Situa-se no monopólio de direito ou de fato, na manipulação dos preços, que só é possível realmente com certo grau de cumplicidade da sociedade, obtido por intermédio do Estado.

Seguindo a trilha deixada pelos argumentos de Braudel, Wallerstein pontua algumas áreas principais sobre as quais o Estado assegura sua autoridade, afetando diretamente os interesses dos agentes econômicos no mercado. Ele destaca que são os Estados que estabelecem as regras e as condições para a circulação de bens, capital e trabalho dentro de suas fronteiras, além de estabelecer as regras que protegem os direitos de propriedade e definem o grau de proteção aos seus trabalhadores. Ademais, os Estados são responsáveis por decidir o percentual dos demais custos produtivos que serão internalizados pela máquina pública e por definir quais – e em que medida – produtos e processos serão protegidos por meio de práticas monopolistas. Além disso, os Estados tributam e possuem uma especial capacidade de interferir externamente para persuadir decisões de outros Estados que eventualmente afetem empresas em operação dentro de suas fronteiras (WALLERSTEIN, 2004, p. 46). Assim, desnudar o relacionamento entre os Estados e os empreendimentos privados que atuam no mercado é a chave para entender o funcionamento da economia-mundo capitalista.

Uma vez que os interesses dos principais agentes econômicos são afetados pelas decisões políticas não apenas de seus próprios Estados, mas também, em grande medida, são afetados pelas decisões políticas de outros Estados, em paralelo à expansão da economia mundial capitalista desenvolve-se uma rede de relações

políticas movida por um espírito de rivalidade entre os Estados-nacionais, cada qual objetivando apoiar seus capitais, ampliar a divisão social do trabalho em seu benefício, garantir condições especiais de monopólio para suas firmas e aumentar a sua arrecadação. Em síntese, de acordo com a análise do sistema-mundo, os Estados coexistem e atuam em uma estrutura sistêmica única de poder interestatal, que pode ser entendida a partir de seus distintos níveis de força relativa, onde os Estados mais fortes são identificados como centrais e os mais fracos, como periféricos. Dados o dinamismo do sistema internacional e as especificidades de cada caso, tende-se a falar em centros e periferias coexistindo em uma totalidade sistêmica identificada como economia-mundo capitalista.

Desta forma, o conceito de economia-mundo capitalista, tal como apresentado por Wallerstein, define-se por um conjunto de distintas entidades políticas, culturalmente diversas, que operacionalizam o modo de produção capitalista em âmbito global. Como já mencionado anteriormente, adota-se uma perspectiva sistêmica que compreende o mundo como uma ampla zona geográfica interligada por distintas relações de trabalho e produção, que são organizadas, prioritariamente, para a busca constante do excedente econômico. Como resultado, surge uma determinada divisão internacional do trabalho, característica de cada período histórico em análise, que cumpre com

a função de viabilizar uma crescente troca de bens essenciais e uma progressiva circulação de capital e trabalho por todos os territórios.

Herda-se de Marx a ideia de que, no curso de sua produção social, os homens contraem determinadas relações sociais de produção, necessárias e independentes da sua vontade, que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, base real sobre a qual se levanta a sua superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas específicas de consciência social. Para Wallerstein, uma das grandes contribuições de Marx foi afirmar que essa dinâmica capitalista acontece de forma contínua e sistêmica em um movimento que respeita apenas uma regra fundamental, que é investir o excedente e expandir a produção. Nesta condição histórica específica, a acumulação de capital não se apresentaria como uma opção, mas sim como uma necessidade para a própria sobrevivência do capitalista. Ademais, essa dinâmica expansiva do sistema implica, ao mesmo tempo, uma permanente dicotomia entre capital e trabalho, o que Marx denominou subsunção real do processo de produção ao capital.

Ao se aprofundar sobre a divisão do trabalho, que na abordagem do moderno sistema-mundo ganha contornos específicos, Wallerstein propõe uma ampliação de sua análise para além do

seu caráter funcional. Segundo ele, para captar a correta dimensão que envolve as relações sociais na economia-mundo capitalista, seria necessário também se preocupar com a dimensão espacial da divisão do trabalho, o que significa que a distribuição desigual do produto não deve ser observada apenas do ponto de vista das classes sociais, mas deve também ser analisada a partir da perspectiva das distintas regiões que participam do processo produtivo em escala mundial. Por isso, a retomada da hierarquia conceitual centro-periferia é tão importante em sua análise. Ela serve, essencialmente, para caracterizar uma diferenciação geográfica marcada por distintos níveis de força relativa entre os Estados, que resultam na apropriação do excedente produzido nas periferias pelo centro.

3. A incorporação da hierarquia conceitual centro-periferia

A utilização dos conceitos de centro e periferia na análise dos sistemas sociais remete à própria sistematização do pensamento econômico. Entretanto, nas correntes clássicas e neoclássicas, a questão espacial era considerada tão somente uma variável exógena na análise dos custos comparativos, de modo que apenas deveria ser levada em conta à medida que a localização de determinados fatores produtivos significasse alguma alteração mais substancial nos custos de produção. No pós-1945, de termos acessórios,

centro e periferia transformam-se em duas categorias analíticas essenciais para se caracterizar a estrutura hierarquizada da economia mundial. Essa nova interpretação conceitual foi influenciada, em grande medida, pelos chamados teóricos do imperialismo, que trouxeram a discussão sobre os Estados-nacionais e suas guerras para dentro da pesquisa sobre os processos de concentração e centralização do capital.

Em linhas gerais, os teóricos do imperialismo estudavam o surgimento e a expansão de impérios rivais que se fortaleciam a partir da substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. Com eles, a questão espacial e a hierarquia de poder internacional ganharam enorme centralidade, mesmo que à margem dos principais centros de pesquisa europeus e norte-americanos. O legado de autores como Rudolph Hilferding, John Hobson, Nicolai Bukarin e Lenin influenciou de forma significativa os trabalhos de uma perspectiva mais crítica de análise econômica, que, desde então, começou a se desenvolver especialmente em partes do mundo primário-exportadoras e com setores industriais ainda pouco desenvolvidos. Na América Latina, em meados do século XX, começaram a se destacar dois conjuntos de autores que foram referências fundamentais para a posterior análise do sistema-mundo: os cepalinos e os teóricos da dependência.

Tanto os trabalhos realizados no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) como o conjunto de publicações sobre a dependência questionavam o pensamento econômico dominante, particularmente as teorias da modernização, amplamente disseminadas pelos principais centros de pesquisa dos países desenvolvidos. De uma forma geral, boa parte dos economistas e cientistas sociais dessa época apoiava-se numa perspectiva de longo prazo, que apontava para o progresso de todos os países por meio de trajetórias particulares que convergiriam para níveis similares de renda no futuro. Assumia-se que os Estados mais desenvolvidos poderiam servir de modelo para os menos desenvolvidos na formulação de políticas de caráter universal, capazes de conduzir todos pelo caminho da prosperidade econômica. Especialização produtiva, promoção das exportações, abertura aos investimentos externos e aceitação do sistema de preços de mercado eram algumas estratégias econômicas, de validade supostamente universal, defendidas como caminhos praticamente certos para a replicação do modelo de desenvolvimento das economias mais avançadas no restante do mundo.

A disseminação dessa ideia pelo *mainstream* do pensamento econômico foi favorecida pelo empenho dos norte-americanos em torno da afirmação de sua hegemonia no contexto geopolítico do imediato pós-guerra, o que fez com que, rapidamente, o conceito de desenvolvimento

se tornasse objetivo principal da maioria das políticas nacionais⁵. Assim como o pensamento social burguês iluminista falava em progresso e riqueza das nações, o discurso dominante no pós-guerra passou a falar em desenvolvimento. Desde então, intensificou-se o processo de homogeneização de culturas e tradições em favor de um modelo de crescimento econômico e estilo de vida típico das economias industriais avançadas. Assumia-se a existência de uma linearidade comum a todas as trajetórias de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, foi arquitetada a estrutura básica de governança política global, cujo propósito principal era estabelecer uma cooperação internacional para o desenvolvimento de todas as nações.

O problema, contudo, foi que o conjunto dessas iniciativas políticas tendia a gerar a integração do mercado internacional sem alterar as condições gerais em que se davam as antigas relações de produção e poder. Neste contexto, surgiu a primeira grande crítica à ordem econômica internacional estabelecida no pós-guerra, que se popularizou a partir do trabalho seminal de Raúl Prebisch (2000), apresentado em 1949, na introdução ao primeiro Estudo Econômico da América Latina, realizado pela então recém-criada Organização das Nações Unidas. Foi justamente neste momento que os termos centro e periferia foram recuperados e trazidos para o núcleo de uma nova teoria sobre a dinâmica do sistema internacional. O problema identificado

por Prebisch era justamente o fato de a economia internacional expandir-se a partir de uma difusão assimétrica do progresso técnico, o que gerava o subdesenvolvimento em determinadas partes do mundo.

No âmbito da CEPAL, foi ganhando espaço a ideia de que os termos centro e periferia deveriam ser retrabalhados com a finalidade de caracterizar um sistema de relações econômicas internacionais configurado a partir de flutuações cíclicas que ocorreriam de forma polarizada e antagônica na esfera da economia mundial. Estes argumentos chocavam-se com a ideia ricardiana das vantagens comparativas e do livre comércio internacional, que embasava boa parte dos trabalhos publicados no âmbito das principais organizações internacionais. Eles questionavam, principalmente, o postulado de que a partir da divisão internacional do trabalho e do livre comércio mundial seria possível chegar a um equilíbrio técnico e econômico entre os países do centro e da periferia do

5 De acordo com Wallerstein, ser hegemônico significa possuir um grau de eficiência produtiva que lhe permita levar vantagens competitivas em relação aos demais Estados centrais e, conseqüentemente, beneficiar-se de mercados cada vez mais livres. Por isso, para levar vantagem de sua superioridade produtiva, um Estado deve ser forte o suficiente para prevenir ou minimizar os efeitos de eventuais barreiras políticas ao livre fluxo dos fatores de produção. Dessa forma, para preservar suas vantagens, as forças econômicas dominantes devem apoiar e encorajar determinados movimentos culturais e intelectuais e ideologias, pois dizer que um Estado foi hegemônico durante um período significa dizer também que este Estado foi capaz de impor um conjunto de regras ao sistema interestatal e, assim, de criar um ordenamento político internacional em benefício de seus interesses (WALLERSTEIN, 2011a, p. 38).

sistema mundial. Argumentava-se que, devido às disparidades das estruturas produtivas nos polos centrais e periféricos, a premissa de que a periferia realizaria o catch up em relação ao centro era, simplesmente, insustentável.

Partindo de um estudo sobre o sistema de preços internacionais entre o fim do século XIX e início do XX, Prebisch afirmou que, em decorrência de fatores estruturais, o poder de compra dos países periféricos tendia a se deteriorar em relação ao dos países centrais. Em virtude de suas estruturas produtivas heterogêneas e especializadas, as periferias do sistema internacional estariam fadadas a um comportamento passivo frente aos países centrais, que possuíam estruturas produtivas mais homogêneas e diversificadas. A diferença nos processos produtivos do centro e da periferia causaria uma constante deterioração dos meios de troca entre os polos, onde o centro sairia sempre beneficiado. Para Prebisch, enquanto o centro retinha integralmente os benefícios de seu progresso técnico, a periferia repassava parte de seu próprio progresso técnico para o centro. A explicação para isso residia inicialmente em duas constatações básicas: uma, de que a elasticidade-renda da demanda por produtos industriais era maior do que a da demanda por produtos primários, e outra, de que a maior coesão da força de trabalho no centro fazia com que um aumento de produtividade na indústria, ao invés de significar apenas

maiores lucros e menores preços finais, significasse também aumento nas taxas de remuneração do fator trabalho.

O desenvolvimento dessa ideia apontava para a constatação de que os salários no centro cresciam a taxas mais elevadas do que na periferia, de forma que se gerava maior expansão do consumo no centro e, por conseguinte, maiores taxas de acumulação. Por isso, ao mesmo tempo em que o crescimento dos salários a uma taxa sustentável no centro garantia a expansão do consumo, ele também tendia a gerar superacumulação e forçava uma busca constante por novas oportunidades de investimentos, que era minimizada pelo recurso aos direitos de monopólio. Para minimizar a necessidade de se ampliar os investimentos produtivos, recorria-se aos expedientes monopolistas, que permitiam, por um lado, o uso não produtivo do excedente no centro em itens como serviços de bem-estar, propagandas e gastos militares, por exemplo, e, por outro lado, subordinavam a periferia à condição de fornecedora de matérias-primas baratas e mercados para produtos valorizados e capitais do centro. Assim, as relações econômicas internacionais mantinham-se favoráveis ao centro do sistema.

Diferentemente da interpretação ricardiana, sugeria-se que, para corrigir tais efeitos assimétricos, o comércio internacional deveria ser orientado mais pelas decisões políticas e menos

pelos seus próprios mecanismos autorreguladores. Essa ideia foi também desenvolvida e reformulada por uma série de outros economistas e cientistas sociais ao longo das décadas de 1960 e 70, que, de uma forma ou de outra, criticavam as chamadas teorias da modernização, em especial o pressuposto de que haveria certa linearidade comum à história de desenvolvimento de todos os países. O impacto gerado pelo conjunto de seus trabalhos representou um grande avanço do pensamento crítico em relação às vertentes econômicas dominantes. Em pouco tempo, todos os principais centros de pesquisa, inclusive nos países mais desenvolvidos, acabaram reconhecendo o nascimento de uma nova escola de pensamento, que foi responsável, em grande medida, pela popularização da hierarquia conceitual centro-periferia. Apesar de sua heterogeneidade metodológica, esses autores ficaram conhecidos como teóricos da dependência.

Dentre as principais contribuições dessa nova escola, destacava-se o argumento, enfatizado por André Gunder Frank, de que o subdesenvolvimento não era uma etapa atrasada do desenvolvimento, mas sim o resultado de um processo histórico de desenvolvimento da economia mundial, que se caracterizava pela formação de uma relação centro-periférica, aprofundada pela divisão social do trabalho em escala mundial. Em linhas gerais, considerava-se o subdesenvolvimento de forma estreitamente conectada

com a expansão dos países industrializados, de modo que desenvolvimento e subdesenvolvimento apresentar-se-iam como dois aspectos de um mesmo processo de transformação econômica, cujas implicações manifestar-se-iam não apenas externamente, mas também sob diversas formas na estrutura interna dos países. Para Teotonio dos Santos, um dos principais nomes desse então emergente movimento intelectual, a teoria da dependência representou um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas (SANTOS, 2000).

Nos anos 1970, movido por essa mesma perspectiva crítica, Wallerstein passou a sugerir que a conceituação centro-periferia deveria ser entendida em sua totalidade sistêmica para descrever uma divisão axial do trabalho intrínseca à economia-mundo capitalista. A utilização do termo axial para caracterizar a divisão internacional do trabalho tinha por objetivo destacar a amplitude geográfica da economia-mundo capitalista, cujo fluxo de capitais teria, como ponto de partida e destino, um eixo central. Neste caso, a divisão do trabalho entre as distintas regiões seria estabelecida de acordo com o interesse dos Estados mais fortes em garantir aos seus agentes econômicos o controle sobre o sistema produtivo e comercial, absorvendo, assim, uma

parcela sempre maior do excedente econômico produzido em escala mundial. Ademais, em função das trocas desiguais, os Estados fortes, que desempenham o papel de eixo central, não apenas concentrariam espacialmente o maior volume de capitais, como também seriam capazes de absorver integralmente o excedente gerado pelos seus trabalhadores e ainda de absorver parcialmente o excedente gerado pelos trabalhadores em outras regiões.

Desta forma, na análise do sistema-mundo, as relações assimétricas que caracterizam a economia-mundo capitalista passaram, então, a ser entendidas a partir da incorporação dos conceitos de centro e periferia, tal como retrabalhados pela tradição crítica de pensamento latino-americano a partir de meados do século XX. Esses dois conceitos foram retomados com ares de centralidade justamente porque buscam significar uma ruptura estrutural no funcionamento do sistema internacional, relacionando a capacidade produtiva dos países e o grau de lucratividade dos seus processos produtivos com a posição relativa que cada um deles ocupa na hierarquia de poder da estrutura capitalista internacional. Quanto mais lucrativos se mostram os processos produtivos em um determinado Estado, mais ao centro esse mesmo Estado tende a ser classificado. Inversamente, quanto menos lucrativos os processos produtivos, mais periféricos os Estados.

Embora a terminologia centro-periferia refira-se a uma relação entre processos produtivos e seus distintos níveis de lucratividade, em sentido figurado, ela é utilizada também na classificação dos países, de forma que é possível falar em Estados centrais e periféricos. Para entender o que isso significa em termos práticos, Wallerstein sugere que é preciso partir da constatação básica de que o sistema capitalista move-se em função dos mecanismos de mercado, que, como já observado, não são livres. Muito embora seja certo que o mercado responde a variações na oferta e na demanda, esses dois mecanismos não são forças místicas que se encontram de forma aleatória e imprevisível – são forças determinadas institucional e reciprocamente, o que faz com que a atuação dos Estados seja limitada pelos seus níveis relativos de força. Quanto mais facilmente alguns Estados conseguem monopolizar determinados processos, mais eles conseguem concentrar as formas de trabalho-capital intensivas dentro de suas fronteiras. Assim, os trabalhos menos qualificados, menos produtivos e menos lucrativos tendem a se localizar nas periferias.

De acordo com Wallerstein, a diferença entre as distintas realidades no centro e na periferia pode ser observada tanto nas grandes fases de

expansão como nas de retração da economia-mundo⁶. Em momentos de retração, os Estados centrais frequentemente continuam a prosperar, enquanto os Estados periféricos experimentam tanto involução quanto evolução. Em outras palavras, durante as grandes fases deflacionárias, as periferias podem até experimentar alguns breves momentos de prosperidade, mas eles são inevitavelmente intercalados por grandes períodos de retração econômica. Por outro lado, em fases de expansão, como se tende a criar mais oferta do que demanda ao longo do tempo, cedo ou tarde, a demanda passa a ser insuficiente para a crescente expansão produtiva. O argumento é que, sob estas condições, duas estratégias podem minimizar tal disparidade: uma reversão na expansão produtiva, que pode ser interrompida ou arrefecida, e uma maior distribuição de renda, que pode gerar um rearranjo na demanda global, permitindo, assim, uma nova fase expansiva. O problema é que a produção tende a diminuir seu ritmo justamente nos Estados periféricos e a redistribuição de renda tende a ocorrer nos Estados centrais, evidenciando, mais uma vez, as assimetrias entre centro e periferia (WALLERSTEIN, 2011a, p. 130).

Apesar da clara distinção entre essas duas realidades, centro e periferia são dois conceitos que apenas fazem sentido se utilizados de forma complementar, ou seja, para significar uma antinomia sistêmica que se manifesta

espacialmente, mas que não implica na divisibilidade do sistema econômico internacional, uma vez que os centros não existem sem as periferias. Na construção analítica do sistema-mundo, o que existe não são diferentes economias nacionais com leis próprias de funcionamento, mas sim um único sistema econômico capitalista com diferentes setores executando diferentes funções, sendo que a unidade do sistema é mantida pela divisão social do trabalho, que cumpre com a função de organizar globalmente a produção capitalista de bens e mercadorias. Assim, o capitalismo pode ser definido como uma economia-mundo composta por regiões produtivas centrais, periféricas e semiperiféricas, integradas por mecanismos de mercado distorcidos em função da força relativa de Estados rivais.

Na visão de Ekholm e Friedman (1982), centro e periferia não são conceitos definidos apenas em termos do padrão de exportações e importações de determinada região. As relações centro-periféricas referem-se a distintas posições

⁶ Neste ponto, Wallerstein refere-se às tendências seculares. Em sua análise, ele parte de uma premissa que é tanto conceitual quanto empírica, assumindo que alguns fenômenos, chamados pela literatura francesa de *trends seculaires*, constituem longos ciclos inflacionários e deflacionários. Considera-se que o período entre os anos 1000 e 1450 d.C. seria um período inflacionário, seguido por um período deflacionário entre os anos 1450 e 1700 d.C., que, por sua vez, teria aberto o caminho para um novo período inflacionário. Nesses longos períodos identificados, toma-se como parâmetro a expansão e contração de, pelo menos, três fatores cruciais: a população, a atividade econômica e os preços (WALLERSTEIN, 2011a, p.xiii).

estruturais que dizem respeito ao total de acumulação. A posse de *commodities* extremamente valorizadas pode permitir uma acumulação desproporcional para certas regiões dentro de um sistema econômico mais amplo. Para eles, sistemas centro-periféricos são, por definição, imperialistas, na medida em que o centro de um determinado sistema acumula riquezas com base na produção de uma área mais ampla. A existência de tais sistemas de troca está relacionada – e é reforçada – com a emergência de determinadas hierarquias locais e processos de dominação de classe, que se integram por meio de padrões diferenciados. Enquanto no centro as classes dominantes vão se tornando cada vez mais elaboradas (aristocracias fundiárias, burocratas, mercadores, etc.), na periferia a estrutura de classes é dominada de forma mais ou menos restrita por um grupo cada vez mais seletivo, que é responsável por intermediar as exportações e importações.

Por fim, vale observar que estruturas centro-periféricas são drasticamente instáveis, particularmente porque os centros enfrentam uma grande vulnerabilidade externa em termos de suprimento e mercados, que são difíceis de controlar. Como resultado da dificuldade de manter o pleno controle sobre áreas externas, a evolução histórica das relações econômicas internacionais acaba se mostrando um processo necessariamente descontínuo. Assim, centros invariavelmente colapsam e são substituídos

por outros, que se transformam em novos centros de acumulação. De acordo com a análise do sistema-mundo, à medida que se aumenta o nível de organização social, o fenômeno de ascensão e queda dos centros tende a se tornar mais contínuo.

4. A atualidade da análise do sistema-mundo e da conceituação centro-periferia

Para entender a atual influência da análise do sistema-mundo e sua proposta de retomada da conceituação centro-periferia no estudo das relações internacionais, é preciso, antes de tudo, ter em conta a amplitude conceitual e metodológica que este tipo de abordagem representa. Atendo-se apenas ao conjunto de ideias contido nos primeiros três volumes do *Moderno Sistema-Mundo* de Wallerstein, é possível organizar o pensamento em torno de cinco ou seis conceitos orientadores básicos, que se ramificam em pelo menos duas dezenas de outras categorias analíticas que lhes servem de suporte, dentro das quais se encontra a hierarquia conceitual centro-periferia. A ideia geral, como já mencionada, é a de que um sistema-mundo pode ser definido como uma totalidade espaço-temporal cuja amplitude do espaço corresponde à extensão da divisão social do trabalho existente e cuja amplitude temporal define-se pela própria longevidade dessa divisão do trabalho, que reproduz o seu “mundo” enquanto uma

totalidade social. Tal esforço de síntese analítica busca uma ampla compreensão dos processos de transformação social, particularmente daqueles próprios ao assim chamado sistema-mundo capitalista.

Partindo de uma construção analítica que se propõe a compreender a origem, os mecanismos de operação e as tendências seculares do sistema capitalista (WALLERSTEIN, 1976, pp. 349-350), era de se esperar que, cedo ou tarde, questionamentos sobre a validade de suas hipóteses aparecessem. No caso de Wallerstein, tais questionamentos apareceram tão logo o primeiro volume de sua obra foi publicado, o que também não deixa de ser uma evidência da magnitude de seu impacto. Uma de suas críticas mais contundentes foi elaborada por Theda Skocpol, pouco depois de sua publicação. Parte de sua crítica recai sobre o fato de Wallerstein enfatizar a rivalidade do sistema interestatal e o peso que a força dos Estados possui em uma análise que se supõe não centrada nos Estados-nacionais enquanto objetos mais importantes de análise (SKOCPOL, 1977, p. 1080). Em adição, outras críticas recaíam sobre a estrutura do texto, considerada por vezes dispersa, sua ênfase nas determinações econômicas do mercado e os constantes recursos a acontecimentos históricos como fatores explicativos para as crises e transformações sistêmicas, muitas vezes tidos como meras teleologias (MARKOFF, 1977; SANDERSON, 2005).

Em uma espécie de autocrítica, Wallerstein argumenta que, por muito tempo, esforçou-se para resistir à ideia de se referir ao fruto de seu trabalho como teoria do sistema-mundo. Segundo ele, embora o termo teoria tenda corretamente a evocar o conceito de uma série de ideias interconectadas de forma coerente, rigorosa e clara, que permite alguém extrair explicações sobre a realidade empírica, na verdade, ele também denota o fim de um processo de generalização e, portanto, a conclusão de um pensamento, mesmo que provisoriamente (WALLERSTEIN, 2002, p. 358). A elaboração de explicações plausíveis ou minimamente adequadas acerca do estudo de fenômenos sociais complexos leva, muitas vezes, a uma prematura conclusão de que alguém chegou a uma teoria sobre determinado assunto, o que pode ser contraprodutivo para o próprio trabalho de pesquisa. Por isso, Wallerstein insiste na utilização do termo “análise do sistema-mundo” para descrever o seu trabalho, ao invés de teoria.

Assim, a atualidade da perspectiva do sistema-mundo em sentido mais amplo encontra-se justamente no seu caráter histórico, crítico e aberto às mais distintas contribuições. Assim como destaca Chamsy El-Ojeilion (2015), aparentemente é mais produtivo tomar as afirmações e contribuições conceituais de Wallerstein como problemas e hipóteses levantadas, e não como soluções teóricas fechadas. Desta forma, podemos tomá-las como estímulos para futuras

elaborações, argumentações e novos caminhos de pesquisa. Para além dessa constatação fundamental, o trabalho de Wallerstein é uma referência essencial por marcar uma inflexão no pensamento social, reforçando uma perspectiva de análise crítica que volta novamente a ser atacada neste início do século XXI, em plena fase de contraofensiva neoliberal. Por isso, recuperar a análise do sistema-mundo é uma valiosa ferramenta no embate contemporâneo contra a tentativa de renascimento da hegemonia do pensamento único, que tem demonstrado força à medida que reaparece nos debates políticos, econômicos e na grande mídia.

De forma bastante objetiva, pelo menos cinco ideias retrabalhadas pelos analistas do sistema-mundo continuam atuais e devem servir como base para a organização do pensamento social e a definição das agendas de pesquisa. Em primeiro lugar, a superação das clivagens intelectuais resultantes de processos exacerbados de especialização do conhecimento científico e, por extensão, o reconhecimento das limitações do pensamento nomotético. Em segundo lugar, a recuperação do materialismo histórico e dialético como método de análise dos fenômenos sociais, essencialmente no entendimento de que há uma dupla transformação dos sujeitos à medida que desenvolvem as suas forças produtivas e que a estratificação da sociedade em classes sociais está diretamente relacionada com o grau de desenvolvimento dessas forças produtivas.

Em terceiro lugar, o resgate da correta distinção conceitual entre capitalismo e economia de mercado, tal como realizada, de forma brilhante, por Fernand Braudel em sua trilogia *Civilização Material, Economia e Capitalismo*. Em quarto lugar, a compreensão de que a totalidade sistêmica – e não os Estados-nacionais – é o objeto de análise mais adequado para o estudo dos processos de desenvolvimento e transformação social no âmbito da economia-mundo capitalista. E, por fim, o reconhecimento da validade da hierarquia conceitual centro-periferia e de sua direta associação com o nível de desenvolvimento das forças produtivas - desenvolvimento tecnológico.

Na ausência de novas conceituações capazes de sintetizar as assimetrias internacionais, que continuam demonstrando uma clara tendência de crescimento, a retomada da hierarquia conceitual centro-periferia continua atual, especialmente no tratamento das questões relativas ao acesso a novas formas de conhecimento e tecnologias, um dos temas mais sensíveis e complexos da agenda internacional. Dada a própria dinâmica instável do sistema interestatal, é difícil lançar mão dos conceitos de centro e periferia como modelos teóricos conclusivos, por isso, a classificação de países com base nesta hierarquia conceitual pode parecer por vezes complicada e muito subjetiva. Entretanto, ao mesmo tempo em que tomamos a ideia de totalidade sistêmica enquanto objeto mais

adequado à análise, somos forçados a relativizar a capacidade de poder e de produção dos Estados envolvidos quando precisamos classificá-los. Resta, portanto, a estratégia de associar o nível de desenvolvimento das forças produtivas dos distintos países com a sua posição relativa na hierarquia de poder do sistema internacional, para, então, classificá-los como centrais ou periféricos.

Por fim, mas não menos importante, é preciso desmistificar o conceito de desenvolvimento enquanto mérito alcançado pelos Estados a partir apenas de iniciativas endógenas. É preciso fazer a correta associação do discurso global das principais instituições internacionais com os reais interesses escusos das políticas de cooperação disseminadas pelos Estados mais fortes. Em adição, deve-se questionar os reais benefícios dos esforços de cooperação que tendem a nivelar os acordos internacionais como se os distintos atores possuíssem de fato condições equiparáveis de competição. Neste sentido, recuperar a dinâmica da rivalidade interestatal presente na análise do sistema-mundo é fundamental. A correta identificação de centros e periferias e da dinâmica de funcionamento da economia-mundo capitalista é mais do que suficiente para refutar as teses que defendem o livre mercado enquanto estratégia de aproximação entre as distintas realidades econômicas internacionais. Ela é também suficiente para explicar os desequilíbrios econômicos que geram

impactos importantes sobre as negociações políticas internacionais e, por isso, permanece tão atual.

Bibliografia

- ABU-LUGHOD, Janet L. *Before European hegemony: the world system AD 1250-1350*. Oxford University Press, USA, 1991.
- AMIN, Samir. *Accumulation on a World Scale: A Critique of the Theory of Underdevelopment*, 2 vols. New York: Monthly Review, 1974.
- ARRIGHI, Giovanni & DRANGEL, Jessica. "The stratification of the world-economy: an exploration of the semiperipheral zone", *Review* (Fernand Braudel Center), v. 10, n. 1, pp. 9-74, 1986.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- _____. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- _____. *Civilização material, Economia e Capitalismo - Séculos XV- XVIII: Os jogos das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996a.
- _____. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: O tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996b.
- CHASE-DUNN, Christopher. "Comparative Research on World-System Characteristics", *International Studies Quarterly*, 23(4), pp. 601-623, 1979.
- EKHOLM, Kajsa & FRIEDMAN Jonathan. "Capital' Imperialism and Exploitation in Ancient World-Systems", *Review* (Fernand Braudel Center), vol. 6, no. 1, pp. 87-109, 1982.
- EL-OJELLI, Chamsy. "Reflections on Wallerstein: The Modern World-System, Four Decades on", *Critical Sociology*, v. 41, n. 4-5, pp. 679-700, 2015.
- FRANK, Andre Gunder. *World accumulation, 1492-1789*. New York: Monthly Review Press, 1978.
- _____. "A theoretical introduction to 5,000 years of world system history", *Review* (Fernand Braudel Center), pp. 155-248, 1990.
- _____. "Immanuel and me with-out hyphen", *Journal of world-systems research*, v. 6, n. 2, pp. 216-231, 2000.
- FRIEDMANN, Harriet. "Prometheus Rebounds", *Contemporary Sociology*, Vol. 25, No. 3 (May), pp. 319-322, 1996.

GOLDFRANK, Walter L. "Paradigm Regained? The Rules of Wallerstein's World-System Method", *Journal of world-systems research*, v. 6, n. 2, pp. 150-195, 2000.

HOPKINS, Terence K. *World-system analysis: methodological issues*. Social change in the capitalist world economy, v. 1, 1978.

MARKOFF, John. "The world as a social system", *Peasant Studies*, v. 6, n. 1, pp. 2-8, 1977.

PREBISCH, Raúl. "O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais". In: *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000-v. 1, 2000, pp. 69-136.

RORIG, Fritz. *Mittelalterliche Weltwirtschaft: Blüte und Ende einer Weltwirtschaftsperiode* (Vol. 40). G. Fischer, 1933.

SANDERSON, Stephen K. "World-systems analysis after thirty years: Should it rest in peace?", *International Journal of Comparative Sociology*, v. 46, n. 3, pp. 179-213, 2005.

SANTOS, Theotônio dos. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SKOCPOL, Theda. "Wallerstein's World Capitalist System: A Theoretical and Historical Critique", *American Journal of Sociology*, Vol. 82, No. 5 (Mar.), pp. 1075-1090, 1977.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system I: Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*. New York: Academic Press, 1974.

_____. "A world-system perspective on the social sciences", *The British Journal of Sociology*, v. 27, n. 3, pp. 343-352, 1976.

_____. *The modern world-system III: The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730-1840s*. San Diego: Academic Press, Inc., 1989a.

_____. "O homem da conjuntura". In: LACOSTE, Y. (ed.). *Ler Braudel*. Campinas, SP: Papyrus, 1989b, pp.13-29.

_____. "World system versus world-systems: a critique", *Critique of Anthropology*, v. 11, n. 2, pp. 189-194, 1991.

_____. "The itinerary of world-systems analysis; Or, how to resist becoming a theory", *New directions in contemporary sociological theory*, pp. 358-376, 2002.

_____. *World-systems analysis: An introduction*. Durham: Duke University Press, 2004.

_____. *The modern world-system II: Mercantilism and the consolidation of the European world-economy, 1600-1750*. Berkeley / Los Angeles: University of California Press, 2011a.

_____. *The modern world-system IV: Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914*. Berkeley / Los Angeles: University of California Press. 2011b.